



Comunicado de Imprensa n.º 11/405 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
9 de Novembro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a quinta avaliação no âmbito do Acordo Stand-by com Angola e aprova o desembolso de USD 134,8 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quinta avaliação do desempenho económico de Angola no âmbito de um programa apoiado pelo Acordo Stand-by. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DSE 85,9 milhões (cerca de USD 134,8 milhões), perfazendo um total equivalente a DSE 773,01 milhões (cerca de USD 1,21 mil milhões) em desembolsos no âmbito deste acordo.

Ao concluir a avaliação do programa, o Conselho de Administração concedeu uma dispensa da aplicação de critérios de desempenho relativos ao final de Setembro de 2011. O Conselho de Administração também aprovou a modificação dos critérios de desempenho quantitativos para o final de Setembro de 2011 relativamente à acumulação de reservas, aos activos internos líquidos do BNA e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo.

O Acordo Stand-by com Angola, no montante de DSE 858,9 milhões (ou 300 por cento da quota do país) e com duração de 27 meses, foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 23 de Novembro de 2009 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 09/425](#)).

O Sr. Naoyuki Shinohara, Subdirector-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões sobre Angola:

“Há que se louvar as autoridades angolanas pelo forte desempenho do país no âmbito do programa de estabilização e reformas apoiado pelo FMI. Os gastos foram contidos e a execução orçamental foi reforçada. Beneficiado pela subida dos preços do petróleo, o ajustamento fiscal sustentado impulsionou a acumulação de reservas, a estabilidade da taxa de câmbio e o declínio da inflação. Ao concluir a regularização do grande estoque de pagamentos em atraso relativos a 2008/09, as autoridades cumpriram um dos principais objectivos do programa.

A boa gestão financeira pública e a transparência continuarão a receber atenção prioritária. O governo intensificou a monitorização das transferências de receitas petrolíferas para o

orçamento e está a trabalhar para reduzir o grande volume de resíduos nas contas fiscais e limitar as operações para-fiscais da empresa petrolífera estatal, Sonangol. O governo está a produzir relatórios trimestrais de execução orçamental e a Sonangol está a publicar demonstrações financeiras auditadas. O banco central está a promover melhorias no seu sistema de controlos internos e anunciou a conclusão da auditoria das demonstrações financeiras de 2010. O cenário fiscal de médio prazo ajudará a proteger os gastos prioritários das flutuações nos preços dos petróleo.

Houve avanços consideráveis no desenvolvimento do sector financeiro. O êxito do programa de desdolarização dependerá da aplicação sustentada de políticas macroeconómicas sólidas, do prosseguimento dos progressos no combate à inflação e dos esforços para desenvolver mercados de capitais e instrumentos de poupança.

O Conselho de Administração também examinou um relatório da Directora-Geral sobre uma revisão em alta dos dados das receitas petrolíferas relativos do final de 2009, revisão esta que resultou numa compra improcedente ao abrigo do Acordo Stand-by em 2010 e no incumprimento das obrigações de que trata a secção 5 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. Tendo em vista as medidas correctivas tomadas pelas autoridades, bem como os esforços redobrados para garantir a transferência atempada das receitas petrolíferas para o orçamento, o Conselho de Administração concordou em conceder uma dispensa pelo não cumprimento da condição respeitante à exactidão das informações transmitidas por Angola, assentando que nenhuma outra medida será necessária”, concluiu o Sr. Shinohara.